

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.301.761 - DF (2018/0128951-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA CARDOSO
ADVOGADO : GERMANO CESAR DE OLIVEIRA CARDOSO - DF028493
AGRAVADO : INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL E ASSISTENCIAL NACIONAL
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADORES : DEMETRIUS ABIORANA CAVALCANTE - DF022128
DIEGO JORGE TENÓRIO TAVARES - DF057361

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE EXAMINA COMPETÊNCIA. ROL DO ART. 1.015 DO CÓDIGO FUX. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CABIMENTO. TAXATIVIDADE MITIGADA. URGÊNCIA NO JULGAMENTO IMEDIATO DA QUESTÃO. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Carta Magna, interposto por ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA CARDOSO contra acórdão do egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal, de fls. 181, assim ementado:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CONHECIMENTO DO AGI. ART. 932, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DECISÃO AGRAVADA NÃO PREVISTA NO ROL DO ART. 1.015 DO CPC. RECORRIBILIDADE. TAXATIVIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. *Trata-se de agravo interno interposto em face da decisão monocrática que não conheceu do agravo de instrumento, com fulcro no artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil.*

2. *A decisão que declina da competência não desafia a interposição de agravo de instrumento, por não se enquadrar no rol taxativo de cabimento da mencionada espécie recursal, previsto no artigo 1.015 do Código de Processo Civil.*

3. *Segundo o regime de recorribilidade trazido*

Superior Tribunal de Justiça

pelo novo Código de Processo Civil, as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento restringem-se àquelas elencadas no rol do artigo 1.015 e nos casos expressamente referidos em lei (princípio da taxatividade), sendo vedada interpretação extensiva.

4. Agravo interno conhecido e desprovido.

2. Afirma a parte recorrente que é possível a aplicação extensiva do artigo 1.015 do Código Fux, a fim de admitir o cabimento do Recurso de Agravo de instrumento para discutir questão atinente à definição de competência.

3. É o relatório.

4. O recurso comporta provimento.

5. Com efeito, a jurisprudência deste Sodalício firmou-se no sentido de que, a despeito de não estar previsto expressamente no rol do art. 1.015 do Código Fux, é cabível a interposição de Agravo de Instrumento contra decisão relacionada à definição de competência.

6. Isso ocorre porque o cabimento do Agravo de Instrumento no processo de conhecimento está previsto no rol do *caput* e incisos do art. 1.015 do Código Fux. Contudo, se admite a interposição do recurso quando se denota *urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação*, conforme se extrai da tese da taxatividade mitigada, fixada pela Corte Especial no REsp. 1.704.520/MT, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 19.12.2018.

7. A urgência nos casos de decisão interlocutória que declina competência se revela evidente, notadamente em razão (i) das inarredáveis consequências de um processo que tramite perante um juízo incompetente; (ii) do risco da invalidação ou substituição das decisões; (iii) do malferimento do princípio da celeridade; (iv) de tornar inócua a discussão sobre a competência, já que os efeitos da decisão proferida poderão ser conservados pelo outro juízo, inclusive deixando de anular os atos praticados

Superior Tribunal de Justiça

pelo juízo incompetente, havendo, por via transversa, indevida *perpetuação* da competência;
(v) da angústia da parte em ver seu processo dirimido por juízo que, talvez, não seja o natural da causa.

8. A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APLICAÇÃO IMEDIATA DAS NORMAS PROCESSUAIS. TEMPUS REGIT ACTUM. RECURSO CABÍVEL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 1 DO STJ. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA COM FUNDAMENTO NO CPC/1973. DECISÃO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO PELA CORTE DE ORIGEM. DIREITO PROCESSUAL ADQUIRIDO. RECURSO CABÍVEL. NORMA PROCESSUAL DE REGÊNCIA. MARCO DE DEFINIÇÃO. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA OU EXTENSIVA DO INCISO III DO ART. 1.015 DO CPC/2015.

(...)

5. *Apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda.*

6. *Recurso Especial provido* (REsp. 1.679.909/RS, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 1o.2.2018).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE EXAMINA COMPETÊNCIA. CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.015 DO CPC/2015 CONFIGURADA. TAXATIVIDADE MITIGADA. TEMA REPETITIVO N. 998.

I - Na origem, consiste a decisão atacada em declinatória de

Superior Tribunal de Justiça

competência de Juízo Federal da Seção Judiciária do Espírito Santo para Juízo Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, em razão da existência de conexão com a execução fiscal, autos em que o CADE visa à satisfação da multa oriunda do mesmo processo administrativo, ante a possibilidade de haver julgamentos contraditórios sobre a mesma situação fática. Interposto agravo de instrumento, o Tribunal de origem decidiu que não é recorrível por agravo de instrumento decisão declinatória de competência, diante da taxatividade do rol previsto no art. 1.015 do CPC/2015.

II - O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que o rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, conforme assentado pela Corte Especial, no julgamento do Recurso Especial n. 1.704.520/MT (Tema Repetitivo n. 988, Rel. Ministra Nancy Andrighi, julgado em 5/12/2018, DJe de 19/12/2018), admitindo-se a interposição de agravo de instrumento contra a decisão interlocutória que versa sobre matéria de competência (REsp n. 1.679.909/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 14/11/2017, DJe 1/2/2018). Precedentes: AgInt no RMS n. 55.990/PR, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 5/2/2019, DJe 14/02/2019; AgInt no AREsp n. 1.370.605/SP, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 28/3/2019, DJe 11/4/2019.

III - Recurso especial provido (REsp. 1.800.696/RJ, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe 19.8.2019).

2 2 2

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ART. 1.015 DO CPC/2015. CABIMENTO. AGRAVO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. COMPETÊNCIA. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA. INTERPRETAÇÃO MITIGADA.

1. *Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ).*

2. ***O Superior Tribunal de Justiça, apesar de ter modulado os efeitos do julgamento do REsp n° 1.704.520/MT quanto à aplicação do art. 1.015 do Código de Processo Civil de 2015, possui entendimento no sentido de que deve ser admitida a interposição de***

Superior Tribunal de Justiça

agravo de instrumento quando a decisão interlocutória tratar de definição de competência. Precedentes.

3. *Agravo interno não provido* (AgInt no AREsp. 1.370.350/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 14.8.2019).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO QUE DECLINOU DA COMPETÊNCIA PARA UMA DAS VARAS DA JUSTIÇA FEDERAL. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. CABIMENTO. ART. 1.015 DO CPC/2015. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA OU EXTENSIVA.

1. *O Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que "Apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda" (REsp 1.679.909/RS, Rel. MINISTRO LUÍS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14.11.17, DJe 1º/2/18).*

2. *Recurso Especial provido para, afastando o não cabimento do Agravo de Instrumento, determinar ao Tribunal de origem que prossiga no julgamento* (REsp. 1.707.652/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 21.11.2018).

9. Ante o exposto, conheço do Agravo para dar provimento ao Recurso Especial de ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA CARDOSO, a fim de que, reconhecido o cabimento do recurso nos termos da fundamentação supra, se prossiga no julgamento do Agravo de Instrumento como sentender de direito.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

